

OS IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NO AGRONEGÓCIO: UM ESTUDO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

BORDIN, Hallanys da Silva¹
FERNANDES, Luana Peregrino²
MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata³
HERINGER, Eudiman⁴

RESUMO

O agronegócio representa um dos principais pilares da economia brasileira, com forte expressão na região Oeste do Paraná. Este estudo tem como objetivo analisar os impactos dos investimentos públicos no desenvolvimento do setor agropecuário regional, com ênfase nos programas de crédito rural e nos critérios de distribuição desses recursos. A pesquisa foi fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e entrevista com representante institucional do Banco do Brasil, buscando compreender a efetividade das políticas públicas voltadas ao setor. Os resultados apontam que, embora os investimentos públicos contribuam para a modernização, produtividade e geração de renda no campo, ainda há desafios quanto ao volume de recursos e à acessibilidade por pequenos e médios produtores. Conclui-se que a ampliação dos investimentos e a revisão dos critérios de concessão são fundamentais para garantir maior equidade, inclusão e sustentabilidade no agronegócio regional, fortalecendo seu papel estratégico no desenvolvimento econômico do estado e do país.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio; Investimentos públicos; Crédito rural; Desenvolvimento regional; Políticas públicas; Oeste do Paraná.

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio é um dos setores mais representativos da economia brasileira, sendo um dos principais motores do PIB nacional e responsável por grande parte das exportações do país. Dentro desse contexto, a região Oeste do Paraná se destaca como um dos principais polos agroindustriais do Brasil, com forte presença na produção de grãos (soja, milho, trigo), suinocultura e avicultura, além de possuir um dos maiores sistemas cooperativistas do país.

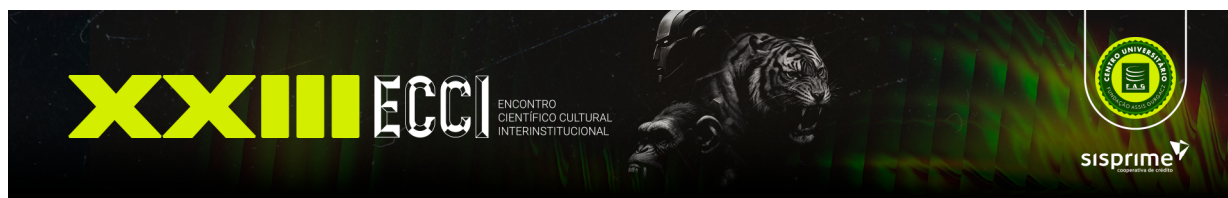
O agronegócio paranaense vem enfrentando desafios como oscilações no mercado de commodities, sazonalidade, questões ambientais e necessidade de modernização tecnológica, o que torna fundamental a atuação do poder público na distribuição de investimentos e incentivos fiscais.

¹ Aluna do sétimo período do curso de Administração do Centro Universitário FAG. E-mail: hsbordin@minha.fag.edu.br

² Aluna do sétimo período do curso de Administração do Centro Universitário FAG. E-mail: lpfernandes@minha.fag.edu.br

³ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Professor do Centro Universitário FAG. E-mail: eduardo@fag.edu.br

⁴ Administrador, Mestre em Educação Coordenador do Curso de Administração e Ciências Contábeis do Centro Universitário FAG. E-mail: eudiman@fag.edu.br



A partir de 2024, o PIB do agronegócio registrou desaceleração no crescimento, levantando questionamentos sobre a efetividade dos investimentos públicos no setor. A pesquisa propôs a responder às seguintes questões: os incentivos governamentais são suficientes para manter o crescimento sustentável do agronegócio na região Oeste do Paraná? Pequenos e médios produtores têm acesso a esses investimentos na mesma proporção que as grandes cooperativas? Como os investimentos públicos impactam a inovação e a modernização da produção agropecuária no Oeste Paranaense? Visando responder a estas questões foi objetivo do estudo analisar a eficácia dos investimentos públicos no desenvolvimento do agronegócio na região Oeste do Paraná, a fim de entender os incentivos disponíveis em nosso governo para o agronegócio e a satisfação de empresários e atuantes da área. De modo específico, este estudo buscou: a levantar os tipos de incentivos e programas governamentais voltados para o agronegócio na região; analisar o impacto dos investimentos públicos na evolução da produtividade do setor; investigar a percepção dos empresários e produtores sobre os incentivos públicos; apresentar recomendações para a melhor distribuição dos recursos governamentais no setor agropecuário regional.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

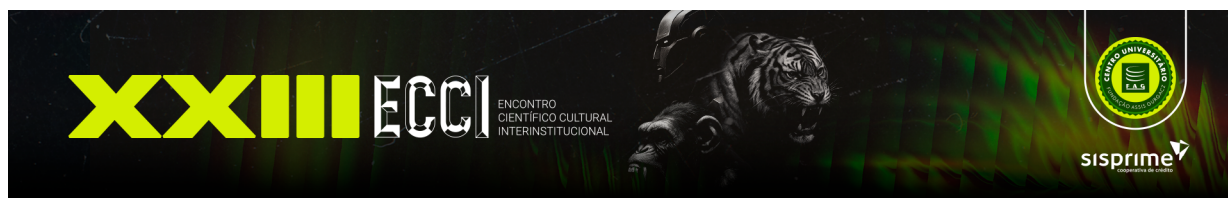
Essa fundamentação teórica busca apresentar informações e dados pertinentes ao tema pesquisado, investimentos públicos e privados no setor do agronegócio no país.

A revisão da literatura reforça a importância do tema como objeto de estudo, dada sua interface com a economia, o meio ambiente e o bem-estar social.

2.1 A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL E NO MUNDO

Como conceituado por Barros (2022), o agronegócio abrange atividades econômicas diretamente ligadas à agricultura. O conceito de "negócio" pode ser entendido de forma ampla, como a geração de valor por meio do trabalho e do capital; no contexto do agronegócio, isso inclui a agropecuária e outros setores produtivos conectados a ela.

A relevância do setor é evidente, como destaca Gilio (2023): o agronegócio brasileiro hoje representa cerca de 1/4 do PIB do país, mais da metade das exportações e 1/5 dos empregos no mercado de trabalho brasileiro. Atualmente, o Brasil ocupa a terceira posição entre os maiores



exportadores globais do setor, enviando alimentos para mais de 200 países. De acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2018), as exportações do agronegócio representaram 41% do total das exportações brasileiras entre 1997 e 2017. Em 2017, o setor registrou um saldo comercial de US\$ 82 bilhões, enquanto o saldo geral do Brasil foi de US\$ 67 bilhões, o que indica que outros setores apresentaram um déficit de US\$ 15 bilhões, conforme dados do MAPA (2018).

De acordo com Gilio et al (2024), Em 2023, o agronegócio global atingiu um marco significativo, com as exportações brasileiras do setor registrando um novo recorde nominal de US\$ 167 bilhões, um aumento de 5% em relação ao ano anterior (US\$ 159 bilhões), conforme análise do Insper Agro Global com dados da Secex. Embora o crescimento tenha sido mais modesto em comparação com 2021 e 2022, esse valor representa um recorde histórico para as exportações do agronegócio brasileiro.

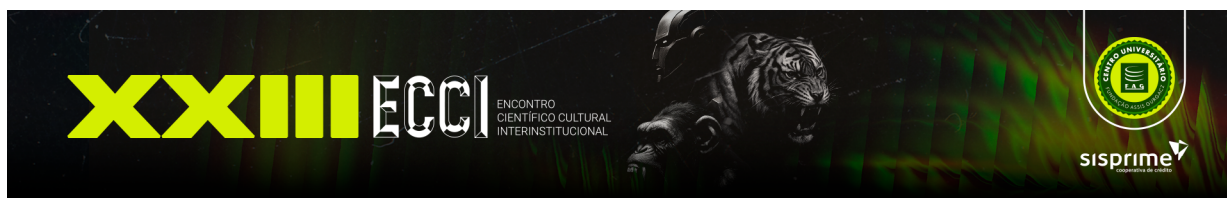
2.2 DISTRIBUIÇÃO DE INVESTIMENTOS

Uma outra dificuldade observada é a dificuldade na distribuição dos investimentos disponíveis citado por Alves e R. Vieira Filho em O Futuro da Agricultura Brasileira (2023)

Um número reduzido de agricultores, com grande avanço tecnológico, é responsável pelo fornecimento dos mercados interno e externo. No entanto, uma parte significativa dos produtores não faz parte dessa jornada produtiva. Isso ocorre porque a agricultura de alta tecnologia requer elevados investimentos de capital, mão de obra qualificada e uma produção em larga escala (para otimizar custos). Dessa forma, os pequenos agricultores, que não têm condições de competir ou de se integrar formalmente às cadeias produtivas, acabam sendo excluídos do mercado.

Como é citado na obra Rodrigues (2018, p. 12)

Em poucas palavras, o crédito é um fator de produção tão relevante quanto a terra, fertilizante ou a máquina agrícola. Dessa maneira, seria impensável a expansão do agronegócio brasileiro sem a política de crédito rural que norteou a política agrícola nacional. Entretanto, a reformulação da política de crédito rural promoveu maior alinhamento entre a taxa Selic e os juros do crédito rural no Plano Agrícola e Pecuário 2018/2019. Isso reduzirá o custo do governo para a equalização das taxas de juro para esta finalidade enquanto a Selic permanecer nos patamares atuais. [...] O modelo seria então calibrado na direção de uma maior priorização do seguro rural como política de garantia de renda ao produtor. No entanto, esse novo desenho da política agrícola brasileira somente será possível caso a economia entre no círculo virtuoso de crescimento econômico, com inflação e juros estruturalmente baixos e progressiva redução do tamanho do Estado. [...]



Esse cenário abriria a possibilidade de o setor privado potencializar a captação de recursos no mercado a juros livres, por meio de operações com diferentes papéis do agronegócio (CRAs e LCAs, entre outros). Ressalta-se a importância da manutenção da estrutura tributária desses papéis para que o mercado privado de crédito voltado ao agronegócio se consolide.

Como afirmado por Locks (2023) a inclusão agroambiental dos pequenos e médios produtores deve ser a principal característica do futuro do agronegócio brasileiro. A autora também destaca os desafios enfrentados nesse processo. Mais do que um celeiro de commodities agrícolas, o Brasil tem o potencial para se tornar uma fonte de soluções agroambientais. O maior desafio nesse caminho, entretanto, é garantir o acesso democrático a essas soluções por meio de políticas de inclusão rural, que ofereçam crédito, conhecimento e assistência técnica a uma vasta parcela de pequenos e médios produtores.

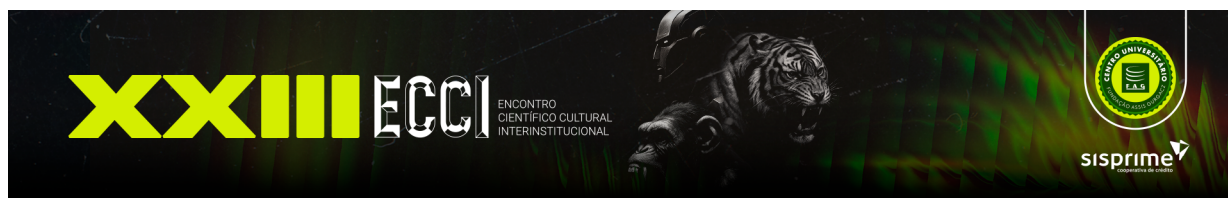
2.3 INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE

Como mostram os dados a dimensão do agronegócio brasileiro na distribuição alimentar mundial, faz-se necessário a diversificação em investimentos tecnológicos:

É de extrema importância dar prioridade ao desenvolvimento de inovações que aumentem a produtividade e a estabilidade dos cultivos, de forma sustentável. Assim, cabe ao governo brasileiro, por um lado, garantir o equilíbrio entre incentivos e marcos regulatórios que assegurem a sustentabilidade da produção agrícola. Por outro lado, nunca foi tão essencial oferecer suporte contínuo e prioritário aos sistemas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Afirma Gazzoni (2017), engenheiro agrônomo e assessor de Agricultura e Energia da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Não há dúvidas de que, no caso brasileiro, a mudança tecnológica foi cada vez mais um processo gerado por transformações institucionais endógenas e a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi central na dinâmica produtiva setorial. Assim, a produtividade total dos fatores cresceu de forma ininterrupta, alcançando desempenho satisfatório, se comparada a outras economias e setores de atividade econômica (Gasques *et al.*, 2012, p. 15).

É possível observar em diversas áreas do agro os benefícios trazidos pelo avanço tecnológico, como afirma Vieira Filho (2017). Em relação à produção pecuária brasileira, o deslocamento vem se dando no bordo da floresta amazônica. Entretanto, ao longo das últimas décadas, a expansão da produção pecuária se deu principalmente pelo uso intensivo de conhecimento e tecnologia. Como



mostrado por Lapola et al. (2014), desde 2005, ao mesmo tempo que se tem uma crescente intensificação e mercantilização da agricultura brasileira, observa-se uma redução pronunciada no desmatamento, que se dissociou do crescimento da produção agropecuária. Esse ocorrido resultou em uma diminuição de aproximados 40% das emissões nacionais de GEE e um potencial resfriamento do clima na escala local.

O autor Guedes Pinto (2006, p. 4) cita

A política agrícola brasileira procura sempre conciliar a busca do crescimento da agropecuária com os objetivos sociais e ambientais. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento; qualidade e segurança alimentar; infraestrutura; esforços de promoção dos produtores brasileiros, vendas e distribuição; maior acesso aos mercados chave serão sempre uma constante nas políticas e ações do governo para a manutenção da competitividade do agronegócio brasileiro.

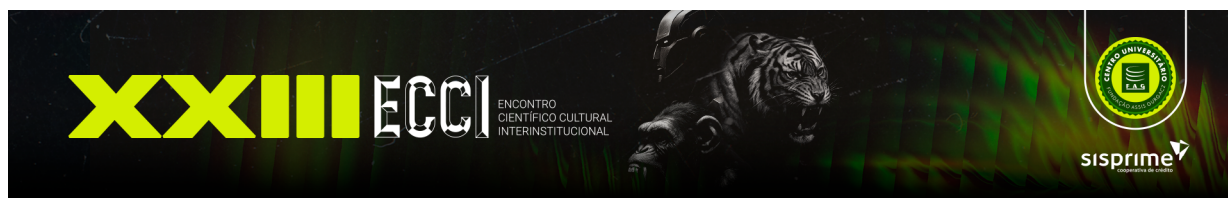
Para que a agropecuária brasileira consiga alimentar bilhões de pessoas no futuro, será necessário adotar tecnologias que promovam o aumento da produtividade, fazendo uso responsável e sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido, os avanços na ciência de dados têm o potencial de revolucionar a maneira como essas informações são coletadas, analisadas e aplicadas, visando a otimizar a produção no setor (CARRARA, 2023).

3. ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental desenvolvida neste estudo tem como objetivo apresentar dados quantitativos e estatísticas oficiais que sustentem a discussão sobre os investimentos públicos no agronegócio, foram identificadas as principais políticas de crédito rural atualmente disponíveis, bem como suas condições operacionais, critérios de acesso e aplicação.

A análise permitiu avaliar o impacto dessas políticas no fortalecimento da produção agropecuária, especialmente na região Oeste do Paraná, destacando sua contribuição para o crescimento econômico local, a modernização tecnológica e a inclusão produtiva dos pequenos e médios produtores.

3.1 PROGRAMAS E INSTITUIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL



A política de crédito rural representa uma das principais formas de intervenção do Estado no fomento ao agronegócio, funcionando como mecanismo de investimento público voltado à expansão da produção agropecuária nacional (BRASIL, 2024a).

O crédito rural é estruturado para atender finalidades como custeio, comercialização e investimento no setor agrícola, além de funcionar como ferramenta de proteção social em situações de emergência. Ao viabilizar o acesso a capital produtivo, o Estado impulsiona a geração de renda e o uso de tecnologias mais eficientes, promovendo maior competitividade do setor rural (BRASIL, 2024a; IPEA, 2022). Esse financiamento público é segmentado por perfil de produtor, como a agricultura familiar (via Pronaf⁵), os médios produtores (via Pronamp⁶), e os grandes empreendimentos rurais. Os recursos são direcionados por meio do Plano Safra⁷, instrumento anual que define limites de crédito, taxas de juros e diretrizes estratégicas (BNDES, 2023). Tais programas combinam crédito controlado — com juros subsidiados — e crédito livre, fomentando investimentos de forma diferenciada conforme o porte do produtor. Além do efeito direto sobre a produção e produtividade, os programas de crédito rural também atuam como instrumento de inclusão e redução das desigualdades regionais. Com o apoio de instituições públicas como o Banco do Brasil e o BNDES, esses investimentos garantem maior segurança alimentar, contribuem para a fixação da população no campo e impulsionam o desenvolvimento de cadeias produtivas em regiões estratégicas, como o Oeste do Paraná (BANCO DO BRASIL, 2024; BRASIL, 2024b).

Figura 1 – De onde vem o dinheiro

⁵ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Maiores informações ver Souza, Almeida e Moreira (2023).

⁶ Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural. Maiores informações ver Jesus, Biagi e Silveira (2023).

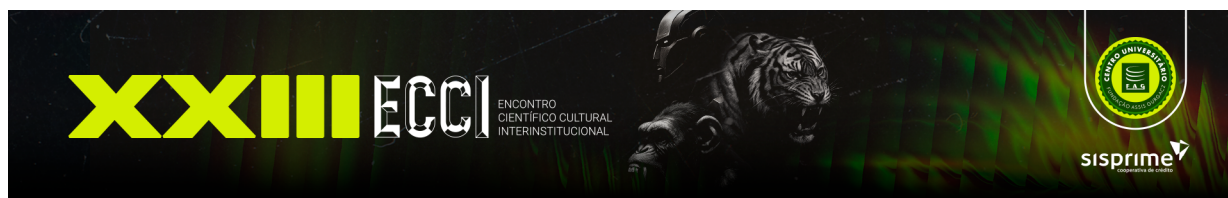
⁷ Maiores Informações ver Araújo (2023).



Fonte: Banco Central do Brasil

Para que os recursos do crédito rural sejam liberados aos produtores, é necessário que sejam cumpridas determinadas condições operacionais e legais, estabelecidas com o objetivo de garantir a correta aplicação e a segurança financeira das operações. Essas exigências incluem:

- Demonstração da idoneidade do proponente, comprovando sua capacidade moral e financeira;
- Apresentação de projeto técnico, orçamento ou plano de uso dos recursos, quando aplicável;
- Compatibilidade entre os recursos solicitados e as necessidades do empreendimento rural;
- Obediência ao cronograma definido para aplicação e devolução do crédito;
- Fiscalização do cumprimento das condições por parte da instituição financeira responsável;
- Liberação dos recursos diretamente ao beneficiário, ou via cooperativas e associações reconhecidas;
- Respeito às diretrizes do zoneamento agroecológico, que define áreas apropriadas para cada tipo de cultivo ou atividade agropecuária.



Esses critérios operam como mecanismos de controle e eficiência das políticas públicas de financiamento, assegurando que os investimentos realmente contribuam para o fortalecimento do setor produtivo rural (BRASIL, 2024a).

3.2 O AGRONEGÓCIO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: CONTEXTO DE PRODUÇÃO E INVESTIMENTOS PÚBLICOS.

A região Oeste do Paraná destaca-se no cenário agropecuário brasileiro pela produção de grãos, proteína animal e forte presença do cooperativismo agrícola. De acordo com o Departamento de Economia Rural do Paraná (DERAL), a região representa 35% da produção de grãos do estado, sendo a soja e o milho as principais culturas.

As cooperativas agropecuárias, como Coopavel, Lar e C.Vale, são protagonistas na industrialização e exportação da produção local. O modelo cooperativista tem sido essencial para integrar pequenos e médios produtores ao mercado, mas o acesso a investimentos públicos ainda é um desafio para muitos agricultores.

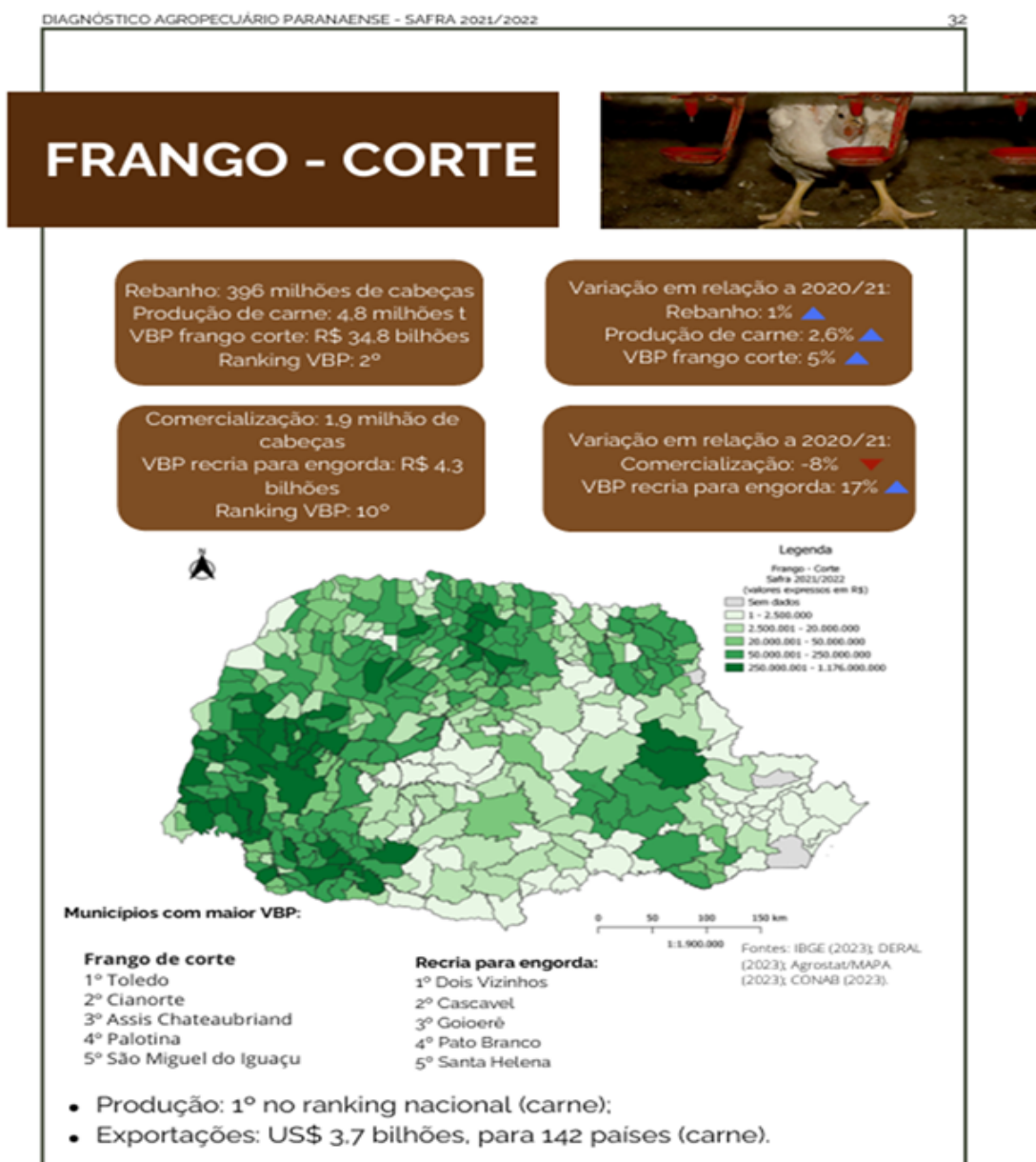
O agronegócio regional recebe incentivos governamentais por meio de programas de crédito rural, subsídios fiscais e investimentos em infraestrutura logística. Os principais investimentos públicos direcionados à região incluem:

- Plano Safra 2024/2025, que disponibilizou R\$ 34 bilhões para o setor agropecuário no Paraná;
- Programa RenovaPR, que incentiva o uso de bioenergia e a sustentabilidade no campo;
- Investimentos na malha rodoviária e na hidrovia do Rio Paraná, fundamentais para escoar a produção agropecuária.

Apesar desses incentivos, a concentração de recursos em grandes propriedades e agroindústrias gera um descompasso na distribuição dos investimentos, dificultando o acesso dos pequenos produtores a financiamentos e novas tecnologias.

Trazendo um pouco mais de contexto das principais *commodities* produzidas na região trouxemos alguns dados elaborados pelo O Diagnóstico Agropecuário Paranaense produzido pela Divisão de Estatísticas Básicas do Deral tem o objetivo de apresentar dados relevantes do setor de forma clara e contextualizada, dessa forma trouxemos algumas imagens com informações relevantes sobre as principais *commodities* produzidas na região Oeste do Paraná.

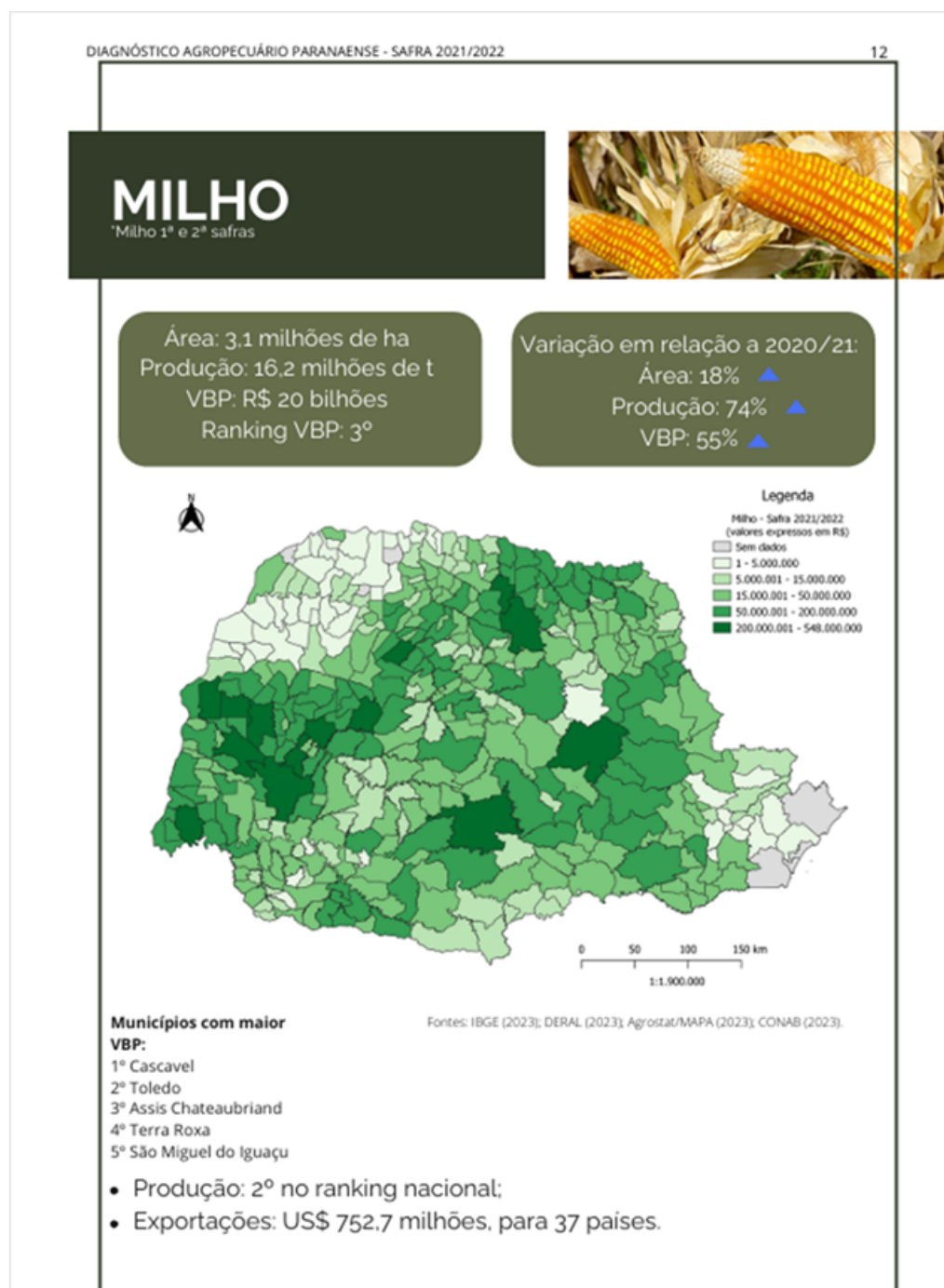
Mapa da produção de frango por região no Paraná com destaque para região Oeste



Diagnóstico Agropecuário Paranaense - SAFRA 2021/2022

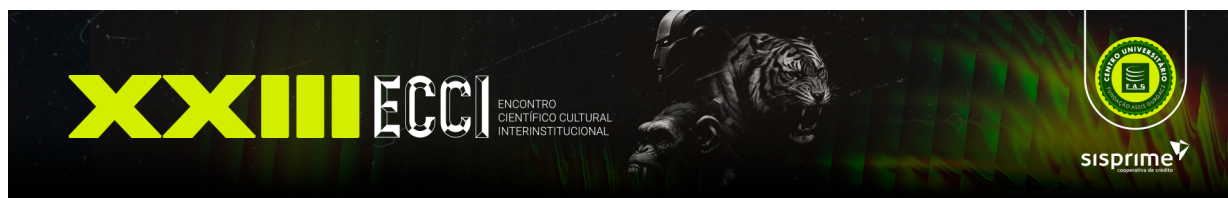
Governo do estado PR- Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

Mapa da produção de milho por região no Paraná com destaque para região Oeste



Diagnóstico Agropecuário Paranaense - SAFRA 2021/2022

Governo do estado PR- Secretaria da Agricultura e do Abastecimento



3.4 CAPTAÇÃO DE RECURSOS ATRAVÉS DO CRÉDITO RURAL PELA REGIÃO OESTE DO PARANÁ E SEU IMPACTO NA ECONOMIA LOCAL.

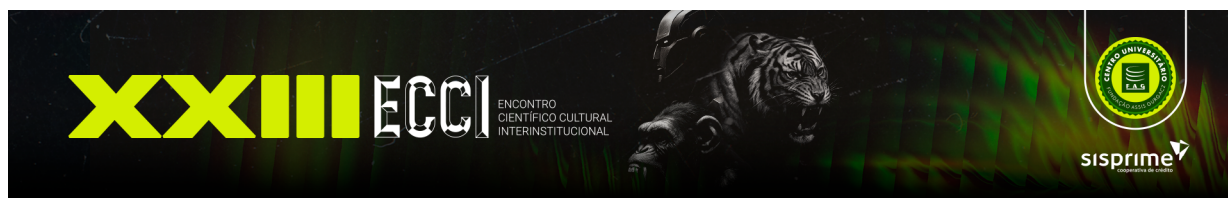
A região Oeste do Paraná tem sido protagonista na contratação de crédito rural, refletindo a relevância das políticas públicas de fomento ao agronegócio. Desde 2019, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) destinou aproximadamente R\$ 1,5 bilhão em financiamentos para a região, o que corresponde a cerca de 27,8% do total de R\$ 5,4 bilhões contratados no estado. Os principais programas utilizados pelos produtores incluem:

- **Meu Agro é BRDE:** voltado a apoiar a cadeia agropecuária em iniciativas como modernização, armazenagem, irrigação e cooperativas agroindustriais, já destinou R\$ 644 milhões na região;
- **BNDES/Agropecuária:** com R\$ 199 milhões em financiamentos, promove o fortalecimento produtivo de pequenos, médios e grandes empreendedores do setor;
- **Meu Negócio é BRDE:** liberou R\$ 105 milhões em crédito, voltados à aquisição de máquinas, equipamentos e capital de giro, com forte adesão por parte de produtores rurais.

3.5 INSUFICIÊNCIA DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS VIA CRÉDITO RURAL

Esses programas vêm cumprindo um papel relevante na expansão da capacidade produtiva e na modernização da agropecuária regional, contribuindo diretamente para o desempenho econômico do estado. Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), a agricultura respondeu por 38,32% do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná no primeiro trimestre de 2023, o qual registrou uma elevação de 9,16% no período. No total, o setor agropecuário representa 36% do PIB estadual, destacando-se como uma das principais bases econômicas do Paraná (AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS, 2023).

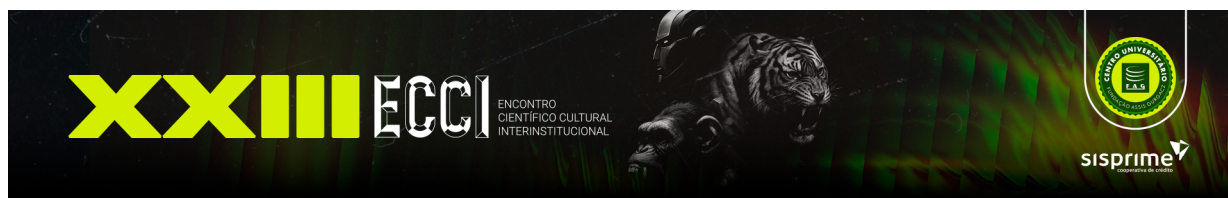
A crescente sofisticação das cadeias produtivas do agronegócio e os desafios estruturais enfrentados pelos produtores brasileiros têm reforçado a urgência da ampliação dos investimentos públicos, especialmente por meio da política de crédito rural. Na região Oeste do Paraná, considerada uma das mais dinâmicas do país em termos de produção agropecuária, os recursos disponibilizados atualmente pelo Plano Safra têm se mostrado insuficientes para atender às necessidades de custeio, modernização e infraestrutura produtiva. De acordo com a Federação da



Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), a proposta encaminhada para o Plano Safra 2025/2026 prevê um volume de R\$ 597,1 bilhões, dos quais R\$ 180,1 bilhões são direcionados a investimentos de longo prazo, refletindo a crescente demanda por recursos que permitam aos produtores adotar tecnologias mais eficientes, ampliar a capacidade de armazenamento e adotar práticas sustentáveis. A proposta inclui ainda R\$ 90 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), reforçando a necessidade de apoio específico a este segmento, que muitas vezes enfrenta barreiras de acesso ao crédito convencional devido à falta de garantias reais e à burocracia dos processos de financiamento (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, 2024).

Essa necessidade de expansão dos investimentos também se justifica pelos impactos positivos já comprovados do crédito rural sobre o desempenho da produção agropecuária. Estudo publicado na revista *Redes*, baseado em dados de 2005 a 2020, concluiu que as linhas de crédito voltadas ao investimento exercem influência direta e significativa sobre o valor bruto da produção agropecuária nos estados brasileiros. A pesquisa também identificou uma relação de causalidade entre o volume de crédito concedido e o crescimento da produção, reforçando que a concessão de financiamento antecede, e de certa forma provoca, aumentos expressivos na produtividade e na geração de valor no campo (KREBS et al., 2022). No caso da região Oeste do Paraná, essa relação é ainda mais evidente, dada a forte presença de cooperativas agroindustriais e da agricultura familiar. O crédito rural não apenas impulsiona a produção de commodities como soja, milho, trigo, suínos e aves, mas também viabiliza a adoção de tecnologias como agricultura de precisão, uso de energias renováveis e práticas de conservação ambiental. Essa modernização, por sua vez, está diretamente associada à competitividade regional e à inserção dos produtos locais nos mercados nacional e internacional.

O acesso ao crédito rural, além de promover ganhos econômicos, possui um importante papel social ao favorecer a inclusão produtiva e a redução das desigualdades regionais. Programas como o Pronaf e o Pronamp têm se consolidado como ferramentas essenciais para viabilizar o desenvolvimento da agricultura familiar e dos médios produtores, segmentos que representam parcela significativa da ocupação no campo e da produção de alimentos básicos no Brasil. Na região Oeste do Paraná, o impacto do Pronaf foi objeto de estudos como o de Bortolozzi et al. (2019), que demonstraram efeitos positivos do programa sobre a geração de renda, a criação de empregos e o aumento da arrecadação tributária nos municípios beneficiados. Apesar disso, persistem entraves que dificultam o pleno acesso a esses recursos, como a exigência de garantias e a carência de assistência técnica para elaboração de projetos. Esses fatores acabam gerando uma concentração



dos financiamentos em grandes propriedades e agroindústrias, comprometendo a equidade na distribuição dos recursos e limitando o alcance das políticas públicas. Diante desse cenário, o aumento do volume disponível, aliado à revisão dos critérios de concessão e à desburocratização dos processos, torna-se essencial para ampliar o impacto positivo dessas políticas na base produtiva do país.

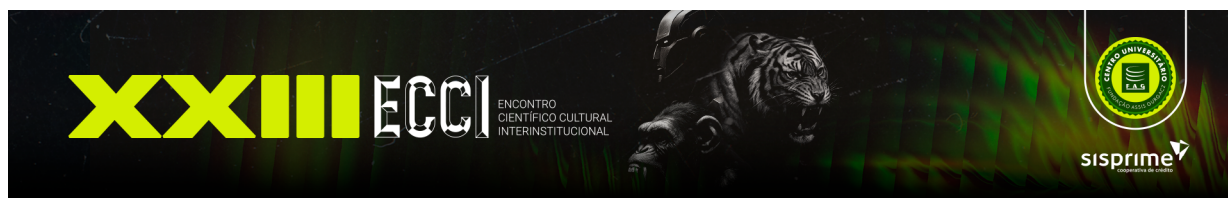
Além das limitações financeiras enfrentadas pelos pequenos e médios produtores, há um déficit estrutural em áreas estratégicas do agronegócio, como a armazenagem e a logística de escoamento da produção. A proposta paranaense de ampliar os recursos do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), de R\$ 6,6 bilhões para R\$ 12 bilhões, é um indicativo claro de que os investimentos atuais não são suficientes para suprir a demanda existente (ANOTÍCIA MT, 2024). O armazenamento adequado é fundamental para reduzir perdas pós-colheita, melhorar a gestão da comercialização e aumentar a margem de lucro dos produtores. No mesmo sentido, iniciativas como o Plano Safra e o Programa RenovaPR, que visa incentivar a adoção de bioenergia no campo, carecem de ampliação e continuidade, para a economia regional. Assim, a ampliação dos investimentos públicos via crédito rural é não apenas desejável, mas uma exigência estrutural para garantir a competitividade, a sustentabilidade e a estabilidade econômica do agronegócio brasileiro nos próximos anos.

4. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, visando compreender o impacto dos investimentos públicos no desenvolvimento do agronegócio na região Oeste do Paraná. A pesquisa descritiva tem como principal objetivo observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los, sendo adequada para estudos que envolvem a caracterização de determinada população ou fenômeno (GIL, 2010).

Quanto à abordagem qualitativa, esta permite uma análise mais aprofundada dos aspectos subjetivos relacionados ao tema, enquanto a abordagem quantitativa possibilita a análise estatística dos dados coletados. Segundo Silva e Menezes (2005), a pesquisa qualitativa busca compreender os significados atribuídos aos fenômenos, sendo essencial em estudos sociais e econômicos.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental baseou-se em dados disponibilizados por órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de



Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BACEN), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), conforme recomenda Lakatos e Marconi (2010) sobre o uso de fontes documentais para a análise de dados socioeconômicos.

Além disso, foram utilizados dados extraídos do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR), sistema mantido pelo Banco Central, que disponibiliza informações detalhadas sobre os contratos de crédito rural em âmbito nacional.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise estatística descritiva, buscando identificar padrões e tendências nos investimentos públicos destinados ao agronegócio, bem como seus reflexos na produção agropecuária regional. Conforme Mattar (2007), a estatística descritiva é fundamental para organizar, resumir e interpretar dados de forma significativa.

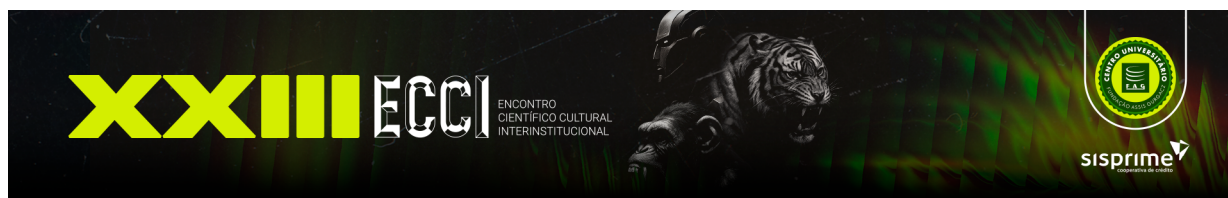
5. ANÁLISES E DISCUSSÕES

5.1 ENTREVISTA COM REPRESENTANTE INSTITUCIONAL – BANCO DO BRASIL

Como parte do processo de investigação qualitativa desta pesquisa, foi realizada uma entrevista semiestruturada com um agente do Banco do Brasil atuante na região Oeste do Paraná. O objetivo foi compreender o papel da instituição no fomento ao agronegócio regional, bem como analisar os impactos dos investimentos públicos no desenvolvimento econômico local. A seguir, apresenta-se uma sistematização das respostas obtidas, agrupadas por temáticas principais.

4.1.1 Perfil dos Produtores Rurais

As linhas de financiamento oferecidas pelo Banco do Brasil contemplam produtores de diferentes portes. Programas como o Pronaf e o Banco do Agricultor Paranaense têm foco direcionado à agricultura familiar e aos pequenos produtores, com o intuito de promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, programas como o Pronamp e as linhas de investimento do Plano Safra atendem, majoritariamente, médios e grandes produtores, que buscam ampliar suas capacidades produtivas em larga escala.



5.1.2 Acesso e Aplicação dos Recursos Públicos

O acesso ao crédito público tem sido facilitado por meio de parcerias entre o Banco do Brasil e o governo estadual, com destaque para a redução das taxas de juros e a simplificação dos processos de financiamento. Ainda assim, obstáculos como burocracia e exigência de garantias permanecem, afetando principalmente os pequenos agricultores.

Os principais requisitos para liberação de financiamento são:

- Cadastro regularizado;
- Apresentação de projeto técnico;
- Oferta de garantias reais ou pessoais;
- Enquadramento nos critérios específicos de cada programa.

Quanto ao destino dos recursos, destacam-se:

- Custeio da produção (insumos, sementes, defensivos);
- Investimentos em maquinário e equipamentos;
- Construção e melhoria de infraestrutura (silos, armazéns, irrigação);
- Adoção de tecnologias, como agricultura de precisão e energia renovável.

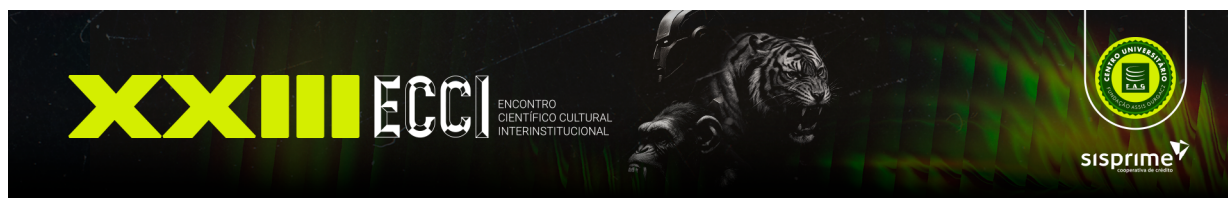
5.1.3 Impactos Observados

Os investimentos públicos têm contribuído significativamente para o aumento da produtividade e da eficiência na produção agropecuária regional. A modernização das práticas, aliada à inovação tecnológica, tem proporcionado colheitas mais eficientes e com maior valor agregado.

Também se observa:

- Incentivo às práticas sustentáveis, com adoção de energias renováveis e conservação do solo;
- Geração de empregos diretos e indiretos, tanto no campo quanto nas agroindústrias;
- Diversificação de culturas e agregação de valor aos produtos.

A competitividade regional tem se elevado notoriamente, impulsionada por investimentos em infraestrutura, tecnologia e capacitação. Isso tem favorecido a inserção dos produtos locais em mercados nacionais e internacionais.



4.1.4 Desafios e Oportunidades

Entre os desafios, destacam-se a burocracia, a dificuldade na apresentação de garantias por pequenos produtores, e o acesso limitado à assistência técnica. Contudo, existem oportunidades de melhoria nas políticas públicas, como a simplificação dos processos, ampliação da capacitação e incentivo à inovação e sustentabilidade.

O Banco do Brasil tem buscado se adaptar às novas demandas do setor por meio de soluções digitais, parcerias estratégicas e desenvolvimento de produtos financeiros mais dinâmicos, com foco na agilidade e eficiência do atendimento ao produtor.

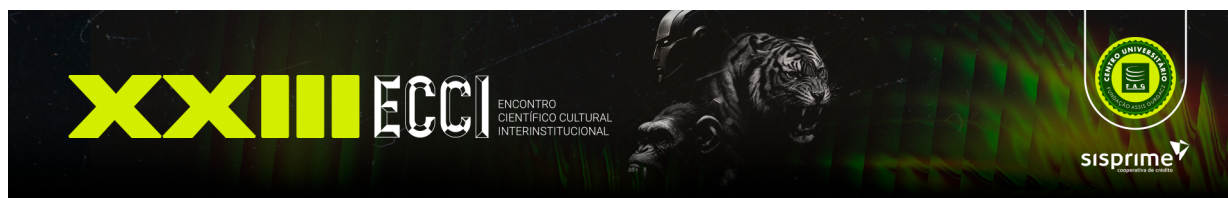
5.1.5 Considerações analíticas do entrevistado.

Conforme relatado pelo entrevistado, os investimentos públicos exercem papel fundamental no fortalecimento da economia regional. Eles fomentam o crescimento sustentado do agronegócio, promovem a geração de emprego e renda, e contribuem para a melhoria da qualidade de vida no meio rural. Ressaltou-se, ainda, a importância de ampliar o suporte aos pequenos produtores e de consolidar políticas que incentivem a sustentabilidade e a inovação no campo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi analisado ao longo deste estudo, ficou evidente que os investimentos públicos, principalmente por meio das políticas de crédito rural, exercem papel fundamental no desenvolvimento do agronegócio na região Oeste do Paraná. A pesquisa demonstrou que, apesar da existência de programas governamentais como o Plano Safra, Pronaf e Pronamp, ainda há uma defasagem entre a oferta e a real demanda de crédito por parte dos produtores, principalmente os pequenos e médios. Essa desigualdade no acesso aos recursos compromete a inclusão produtiva e limita o potencial de crescimento sustentável do setor.

A análise documental e os dados apresentados apontam que os investimentos têm gerado impactos positivos na produtividade, na geração de renda e na adoção de tecnologias mais eficientes, porém, também mostraram que esses benefícios não estão sendo distribuídos de forma



uniforme. Muitos produtores continuam enfrentando dificuldades para acessar crédito devido à burocracia, exigência de garantias e falta de assistência técnica, o que demonstra a necessidade urgente de reavaliar os critérios de concessão e ampliar os valores disponíveis para financiamentos.

Portanto, conclui-se que aumentar os investimentos públicos voltados ao agronegócio, com foco em crédito mais acessível, programas inclusivos e incentivos à inovação e sustentabilidade, é uma medida essencial para fortalecer o setor na região e no país como um todo. O agronegócio é uma das bases da economia brasileira, e garantir que os recursos cheguem a quem realmente precisa é o caminho para tornar a produção mais competitiva, justa e alinhada com os desafios sociais e ambientais da atualidade, beneficiando a sociedade brasileira e do oeste paranaense como um todo através do ciclo da economia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Com foco no agro, Oeste lidera contratações de crédito junto ao BRDE no Paraná.** Curitiba: AEN, 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-foco-no-agro-Oeste-lidera-contratacoes-de-credito-junto-ao-BRDE-no-Parana>. Acesso em: 13 maio 2025.

ARAÚJO, W. V. Plano Safra: uma política de desenvolvimento agropecuária sustentável. **Revista de Política Agrícola.** Ano 32, n. 3, p. 69-85, Julho, Agosto, Setembro, 2023.

BANCO DO BRASIL. **Agronegócio.** Brasília: Banco do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bb.com.br/site/agronegocios>. Acesso em: 13 maio 2025.

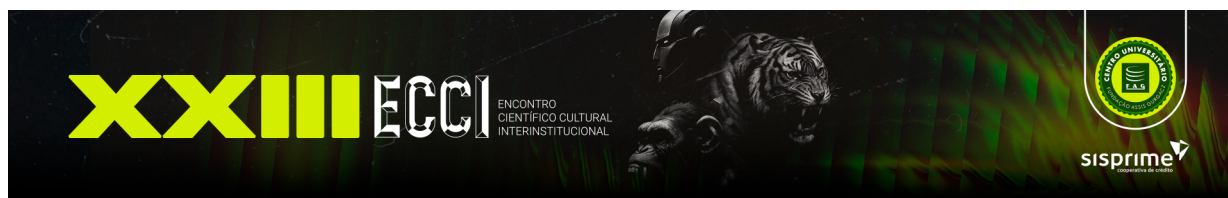
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Crédito rural e financiamento ao setor agrícola.** Rio de Janeiro: BNDES, 2023. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. **Crédito Rural.** Brasília: Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica Governo Federal, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/politica-agricola-e-meio-ambiente/atuacao-spe/credito-rural>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Safra 2023/2024.** Brasília: MAPA, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura>. Acesso em: 13 maio 2025.

CAMARGO DE BARROS, G. S. **Agronegócio conceito e evolução**, Cepea, 2022. Disponível em : https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/agro%20conceito%20e%20evolu%C3%A7%C3%A3o_jan22_.pdf

CARRARA, D. Alimentar é construir o futuro: desafios rumo a segurança alimentar em 2050. In: **O futuro da agricultura: 10 visões.** Brasília: EMBRAPA, 2023.



DERAL - Departamento de Economia Rural do Paraná. **Relatórios estatísticos agropecuários**, 2023.

GAZZONI, L. **2050**, desafios e oportunidades para o agronegócio 2010 . Ano 7. Edição 60 **Revista Desafios do Desenvolvimento** - SBS, Brasília.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILIO, L. **Como o Brasil se tornou uma grande potência exportadora no agronegócio?** Insper AgroGlobal, 2023.

GILIO, L.; JANK, M.S.; COSTA.C. C.; CARDOSO. V.M; BORGES.P, **Comércio Internacional**, Insper Agro Global ,janeiro/2024

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Crédito rural e desenvolvimento agrícola**: desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2025.

JESUS, B. I. O.; BIAGI, B. R.; SILVEIRA, T. M. S. Finalidades do Programa Nacional de Amparo ao Médio Produtor – PRONAMP. *In: 16ª SEAGRO – Semana Acadêmica de Agronomia FAG*, 05 e 06 de Junho de 2023.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Safra 2024/2025**.

PINTO GUEDES, C. L. O crescimento recente do agronegócio brasileiro, **Revista de Política Agrícola**, 2006.

RODRIGUES, R. (org) **Agro é paz**: análises e propostas para o Brasil alimentar o mundo Piracicaba: ESALQ, 2018.

SOUZA, M. A.; ALMEIDA, J. P. S.; MOREIRA, J. S. Pronaf: retrato avaliativo nas mesorregiões de Minas Gerais. **Revista de Política Agrícola**. Ano 32, n. 3, p. 69-85, Julho, Agosto, Setembro, 2023.

VIEIRA FILHO R.J.E. **O futuro da agricultura brasileira**: 10 visões, Embrapa, Superintendência Estratégica. – Brasília: Embrapa, 2023.

VIEIRA FILHO R. J. E. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2018 Texto para discussão / **Efeito Poupa-Terra e ganhos de produção no setor agropecuário brasileiro**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea ,